



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

<b>PARECER JURÍDICO/DICOM/PMI/2019</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO:</b> Nº 022/2019 – PP
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b> Nº 032/2019
<b>CONTRATO:</b> Nº 20190134
<b>ASSUNTO:</b> ADITIVO DE VALOR - ACRÉSCIMO
<b>OBJETO:</b> ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO DA EMPRESA I M C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI
<b>INTERESSADO:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA

I- Trata-se, o presente, da análise da possibilidade de aditamento de valor no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) ao Contrato Administrativo nº 20190134 celebrado com a empresa I M C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI.

II- Consoante Memo. da Coordenadoria de Iluminação Pública Nº 054/2019 CMIP, o pedido foi instruído com a solicitação de despesas, justificativa para Termo de Aditivo, Termo de Aceite de aditivo e Contrato nº 20190134.

III- Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, veio o procedimento, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

**IV-** O cerne da questão repousa na possibilidade de realização de um 1º Termo de Aditivo ao contrato nº 20190134.

No que concerne ao acréscimo em tela, o mesmo está amparado pelo §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 que permite o acréscimo em até 25% (vinte e cinco por cento). Portando encontra-se em condições de ser aditivado.

Ademais, a Cláusula Décima Quinta do Contrato 20190134 autoriza a alteração do mesmo.

**V-** Demonstrada a possibilidade de realização do Termo de Aditivo, passemos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta do 1º Termo de aditivo que segue o presente.

Satisfeito está o *caput* do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:

“Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem”.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

Ademais, consoante se infere do art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA e I M C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI), consta ainda a finalidade (realização do 1º Termo de Aditivo), o ato, que autorizou sua lavratura (contrato 20190134), número do processo licitatório (Pregão Presencial nº 022/2019 - PP) e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais.

**VI-** Isto posto considerando a toda documentação e justificativa apresentada e os preceitos legais relativos à questão constata-se a possibilidade de realização do 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 20190134, visando o acréscimo em apreço.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Salvo melhor juízo, é como entendemos.

Itaituba - PA, 29 de Novembro de 2019.

---

**Atemistokhles A. de Sousa**  
Procurador Jurídico Municipal  
**OAB/PA nº 9.964**